

Despesa com Pessoal não Executada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.554.654,12	1.289.707,43	2.175.197,67	2.537.583,83	2.338.339,35	1.558.892,78	1.557.420,52	1.555.898,24	1.508.971,62	1.520.049,74	1.531.872,71	1.528.340,30	20.656.928,31	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	120.882,78	-	1.457.544,49	-	-	-	-	-	-	-	-	1.578.427,27	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.554.654,12	1.168.824,65	2.175.197,67	1.080.039,34	2.338.339,35	1.558.892,78	1.557.420,52	1.555.898,24	1.508.971,62	1.520.049,74	1.531.872,71	1.528.340,30	19.078.501,04	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.032.488,13	11.969.689,66	19.086.497,20	20.340.278,86	13.839.667,00	11.452.939,09	11.303.084,47	11.339.261,40	11.241.288,49	11.452.006,76	11.608.859,07	11.249.382,84	155.915.442,97	-	2.480.375,03
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						VALOR						% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						938.730.994.036,87									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)						158.395.818,00						0,016873			
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						261.342.708,74						0,027840			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						248.275.573,30						0,026448			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						235.208.437,87						0,025056			

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão: 23 de setembro de 2021 às 14:00hs.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021.

ANEXO II

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLenário. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

				R\$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				179.052.746,31	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				20.656.928,31	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				158.395.818,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				938.730.994.036,87	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,016873%	
LIMITE MÁXIMO\1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL	VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,027920%	262.093.693,54
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	0,027892%	261.830.848,86
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	261.342.708,74
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

- \1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
- \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
- \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RAIMUNDA MENDES COSTA
Analista Judiciária - Auditoria Interna

SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO
Secretário de Administração e Finanças
Substituto

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

~~Presidente do Tribunal~~

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA TRE Nº 379, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao segundo quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 02011.2020-8, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2021, constituído do Demonstrativo as Despesas com Pessoal e do Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao item 9 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, constantes dos anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA



ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(1b)
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.075.256,77	8.631.719,61	14.282.989,24	10.942.356,73	11.180.607,69	8.354.188,01	8.297.110,35	8.549.261,82	8.569.538,97	8.423.281,20	8.252.437,66	8.370.721,68	111.929.469,73	1.710.401,27
Pessoal Ativo	6.756.944,04	7.313.406,88	12.303.878,40	9.624.044,00	9.190.086,44	7.026.479,63	6.954.235,54	7.153.162,42	7.060.343,60	7.049.461,11	6.881.804,52	6.976.716,25	94.290.562,83	1.710.401,27
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.671.219,70	6.216.896,10	10.140.250,44	8.527.883,72	8.110.582,69	5.945.957,00	5.873.875,03	6.071.846,40	5.988.269,61	5.976.398,87	5.808.422,85	5.901.869,12	80.233.471,53	1.670.586,48
Obrigações Patronais	1.085.724,34	1.096.510,78	2.163.627,96	1.096.160,28	1.079.503,75	1.080.522,63	1.080.360,51	1.081.316,02	1.072.073,99	1.073.062,24	1.073.381,67	1.074.847,13	14.057.091,30	39.814,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.318.312,73	1.318.312,73	1.979.110,84	1.318.312,73	1.990.521,25	1.327.708,38	1.342.874,81	1.396.099,40	1.509.195,37	1.373.820,09	1.370.633,14	1.394.005,43	17.638.906,90	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	988.609,07	988.609,07	1.480.345,81	988.609,07	1.485.887,71	990.591,75	1.005.758,18	1.005.758,18	1.075.159,65	1.019.026,10	1.015.839,15	1.015.554,21	13.059.747,95	-
Pensões	329.703,66	329.703,66	498.765,03	329.703,66	504.633,54	337.116,63	337.116,63	390.341,22	434.035,72	354.793,99	354.793,99	378.451,22	4.579.158,95	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.319.893,50	1.318.467,12	1.530.102,69	1.154.472,93	1.990.521,25	1.327.708,38	1.345.061,95	1.399.390,38	1.703.110,40	1.389.847,39	1.372.988,68	1.394.587,80	17.246.152,47	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.580,77	154,39	1.691,85	-	-	-	2.187,14	3.290,98	193.915,03	16.027,30	2.355,54	582,37	221.785,37	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.318.312,73	1.318.312,73	1.528.410,84	1.154.472,93	1.990.521,25	1.327.708,38	1.342.874,81	1.396.099,40	1.509.195,37	1.373.820,09	1.370.633,14	1.394.005,43	17.024.367,10	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.755.363,27	7.313.252,49	12.752.886,55	9.787.883,80	9.190.086,44	7.026.479,63	6.952.048,40	7.149.871,44	6.866.428,57	7.033.433,81	6.879.448,98	6.976.133,88	94.683.317,26	1.710.401,27
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR								% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					938.730.994.036,87								-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					96.393.718,53								0,010269	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					172.745.277,52								0,018402	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					164.108.013,65								0,017482	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					155.470.749,77								0,016562	

FONTE: FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 24/set/2021 às 08h e 15m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

R\$ 1,00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				DESPESAS EXECUTADAS	
				113.639.871,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				17.246.152,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				96.393.718,53	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				938.730.994.036,87	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,010269%	
				% DA RCL VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,018455%	173.242.804,95
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,018436%	173.064.446,06
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,018402%	172.745.277,52
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral

TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA
Secretária de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Auditoria Interna

DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal

